

NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE EM PRODUÇÕES CIENTÍFICAS NO BRASIL (2012 a 2018)

Luan Henrique dos Santos Gomes¹

Waldma Maíra Menezes de Oliveira²

RESUMO

O presente trabalho tem o propósito de mapear e analisar a produções científicas sobre o campo da Inclusão de Pessoas com Deficiência (PcD) nas Instituições de Ensino Superior (IES), no período de 2012 a 2018. Pretendemos, por meio do estado de conhecimento, efetivar um balanço das pesquisas sobre os Núcleos de Acessibilidade assim, se configurando como uma pesquisa bibliográfica, embasada em autores como Gonçalves (2017), Miranda (2009) entre outros, com o objetivo geral de mapear e analisar, as produções de teses e dissertações e seus objetos de estudo, sobre a inclusão e permanência de alunos PcD's mediante a atuação do núcleo de acessibilidade, presentes no Banco de Teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)³, de maneira específica identificar as áreas de conhecimento das produções, além do quantitativo de trabalhos, de teses e dissertações, que vinculem a atuação do núcleo de acessibilidade. A partir dos resultados, observou-se que as pesquisas relacionadas à inclusão, no que tange os núcleos de acessibilidade, tiveram um aumento nas produções nos últimos anos, isso em consequência dos avanços de políticas públicas em que ficou evidenciado a missão dos núcleos de acessibilidades-NAI na construção de ações afirmativas para inclusão no ensino superior.

Palavras-chave: Núcleo de acessibilidade, políticas públicas, inclusão no ensino superior.

INTRODUÇÃO

Segundo Gonçalves (2017), os Núcleos de Acessibilidade nas instituições de ensino superior estabelecem-se através de ações elencadas na atual política educacional inclusiva que determinam o acesso e efetivação da garantia do direito a educação e o pleno desenvolvimento e inclusão da pessoa com deficiência nas universidades. Sendo assim, os núcleos de acessibilidades personificam-se em uma tríade de apoio produção e serviço, que visam através de suas execuções formação de profissionais e à eliminação de barreiras, e por fim ações que tenham impactos no cumprimento dos direitos com segurança.

¹Graduando em Pedagogia (UFPA/Cametá), bolsista da Divisão de Inclusão Educacional (DIE) da Universidade Federal do Pará Campus Cametá e pesquisador do Grupo de Estudos Surdos da Amazônia Tocantina (GESAT). E-mail: luan.gomess1995@gmail.com.

²Professora Assistente II da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutoranda em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Mestra em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Coordenadora do Grupo de Estudos Surdos na Amazônia Tocantina, da Especialização em Educação Inclusiva no Campo e da Divisão de Inclusão Educacional – DIE da Universidade Federal do Pará – Campus Cametá. E-mail: waldma@ufpa.br

³Disponível em <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> Acesso em: 28.07.19

O objetivo geral deste trabalho é mapear e analisar, através do estado do conhecimento, as produções de teses e dissertações e seus objetos de estudo, sobre a inclusão e permanência de alunos Pcd mediante a atuação do núcleo de acessibilidade, presentes no Banco de Teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e, de maneira específica identificar as áreas de conhecimento das produções, além do quantitativo de trabalhos, de teses e dissertações, que vinculem a atuação do núcleo de acessibilidade.

A motivação para elaboração deste trabalho ocorreu em virtude de nossa atuação na Divisão de Inclusão Educacional (DIE) do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, enquanto Coordenadora e como bolsista da referida divisão, no qual tivemos oportunidade de conhecer e trabalhar com pessoas com deficiência nessa modalidade de ensino.

Neste sentido, o trabalho se configura enquanto relevância acadêmica, por trazer um panorama de trabalhos no campo da Inclusão de Pessoas com Deficiência (PcD) nas Instituições de Ensino Superior (IES) com ênfase na atuação do Núcleo de acessibilidade, na promoção do acesso e permanência desse alunado no ensino superior. No âmbito pedagógico por ilustrar diretamente a pessoa com deficiência no campo educacional e no âmbito social por suscitar discussões acerca de grupos minoritários.

METODOLOGIA

O estudo foi ancorado por meio da pesquisa bibliográfica. Segundo Marconi e Lakatos (2006, p.71) a pesquisa bibliográfica “trata-se do levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia já publicada sobre o assunto que está sendo pesquisado. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo que já foi produzido sobre o dado assunto”.

A pesquisa bibliográfica se efetiva também por meio do estado do conhecimento, por meio do mapeamento das dissertações e teses que tratam sobre o trabalho do núcleo de acessibilidade. Para Romanowski e Ens (2006, p. 40) o estado de conhecimento é “o estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado vem sendo denominado de estado do conhecimento”. Este estudo caracteriza-se por ser descritivo e analítico ao realizar um levantamento do que se conhece sobre determinada área.

Para tanto, foi realizado no mês de julho de 2019 o estado do conhecimento no Catálogo de Teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁴, para o seguinte descritor: Núcleo de acessibilidade.

Na sistematização e análise dos dados, utilizaram-se técnicas da Análise de Conteúdos de Bardin (2002) criando as categorias temáticas: análise histórica das legislações em torno da construção dos direitos da pessoa com deficiência, Políticas públicas para a inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior e quantitativos de trabalhos e dissertações e teses sobre o Núcleo de acessibilidade.

DESENVOLVIMENTO

A constituição federal de 1988 traz em seu artigo 205, que “a educação é direito de todos e dever do estado e da família” (BRASIL, 1988), sendo assim fica sob a responsabilidade do governo federal, estados e municípios a garantia e efetivação de políticas públicas, no que tange o acesso e permanência de qualquer pessoa às instituições de ensino. Neste sentido, de acordo com Arroyo, Caldart e Molina (2004), as políticas públicas de modo geral, são definidas como aquelas desenvolvidas pelo Estado no âmbito Federal, Estadual e Municipal para atender demandas que provém de determinados setores da sociedade civil, se constituindo como um conjunto de ações resultantes de um processo de institucionalização de demandas coletivas, construídas pela intervenção do estado/sociedade.

Diante dessa anunciação, a Constituição Federal de 1988 garante e reconhece a educação como direito de todo cidadão, mas vale ressaltar, que a mesma trata da educação inclusiva preferencialmente na educação básica, em que declara no Art. 208 “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - Atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, p. 123).

Vale frisar que o processo de reconhecimento do direito da pessoa com deficiência veio ganhando cada vez mais força, com a declaração de Salamanca, aprovada na Conferência Mundial de Educação Especial, no dia 10 de Junho de 1994, na Espanha, em que trata do princípio de que:

As escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a

minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 5 - 6).

Dessa forma, se constituindo como ponto de grande relevância para compreensão da educação inclusiva, o documento de Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é resultado desse itinerário histórico e ressalta a importância desse movimento, no que concerne a efetivação do direito da pessoa com deficiência. Neste sentido este documento ressalta que:

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial [...] tem definido como seu público-alvo os alunos com deficiências, transtorno globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros que implicam em transtornos funcionais específicos(...) (dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros) (BRASIL, 2008, p 15).

Dito isso, retomo a cronologia dos acontecimentos, destacando a lei nº13.146 de 2015, que teve como grande marco, sua conquista através da articulação de vários setores da sociedade. Além disso, vale ressaltar que a Lei Brasileira de Inclusão/Estatuto da Pessoa com Deficiência, define o conceito de pessoa com deficiência em seus artigos:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza, física mental, intelectual e sensorial, o qual em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015, p. 01)

Como válido na legislação, à lei nº13.146 de 2015 designa responsabilidades para que o estado efetive de fato o acesso e permanência em todos os níveis de educação, e, para que em compatibilidade com estas ações ocorra eliminações das barreiras, oferecendo assim ao indivíduo uma formação plena e segura como da ênfase o artigo a seguir:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p. 01).

Diante desse contexto histórico, no que tange a educação da pessoa com deficiência em âmbito nacional, observa-se que ao longo das últimas décadas tais discussões ganharam amplo debate e conseqüentemente, foram desenvolvidas políticas públicas de inclusão. Sendo assim, ao verificar os efeitos das ações passadas, podemos constatar que a pessoa com deficiência na atual conjuntura, tem assegurado na legislação, o acesso e permanência nas

universidades, mediante dispositivos que garantem ações e determinam critérios para efetivação do direito à educação.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR.

Vale frisar que as discussões, estudos e reivindicações dos pesquisadores, professores, organizações não governamentais, movimentos de pais e alunos deficientes e sociedade civil organizada só alcançaram resultados efetivos, no que se refere ao direito à educação no ensino superior da pessoa com deficiência, no ano de 2016 com a promulgação da lei nº13.409/2016 que garante a reserva de vagas nas instituições federais de ensino superior (IFES) pública para pessoas com deficiência (BRASIL, 2016).

A partir dessa premissa, destaca-se a portaria nº 1793 de dezembro de 1994 que considera a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais, inclusão de disciplinas relativas aos aspectos—Ético—Políticos— Educacionais em vários cursos. Ademais, a portaria nº 3.284, de 07 de novembro de 2003, dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições onde a Secretaria de Educação Superior, com apoio técnico da Secretaria de Educação Especial, estabelecerá os requisitos de acessibilidade.

Esses requisitos dependem da categoria de deficiência, exemplo, no que concerne a alunos portadores de deficiência visual e auditiva, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso. Assim estabelecidas, as medidas necessárias à incorporação dos requisitos definidos na forma desta portaria aos instrumentos de avaliação das condições de oferta de cursos superiores.

Com relação ao Decreto nº 5296/04, que regulamenta as leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098/00, de 19 de dezembro de 2000, o mesmo traça as diretrizes para uma ampla reforma que garanta a acessibilidade da pessoa com deficiência em logradouros e instituições públicas e privadas; determina ainda, o trabalho integrado entre vários ministérios e secretarias, visando apoiar e financiar projetos que garantam acessibilidade universal. Ele revoga os artigos 50 a 54 do decreto nº 3298 de 20/12/199 que tratam da acessibilidade da administração pública Federal, que passa a ser regida por esse decreto.

De acordo com Miranda (2009, p. 125) “a ideia é o desenvolvimento de uma política de educação que estreite os laços com vários setores e organizações que se dedicam a discutir e construir uma sociedade no qual os direitos sociais da pessoa com deficiência possam ser

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

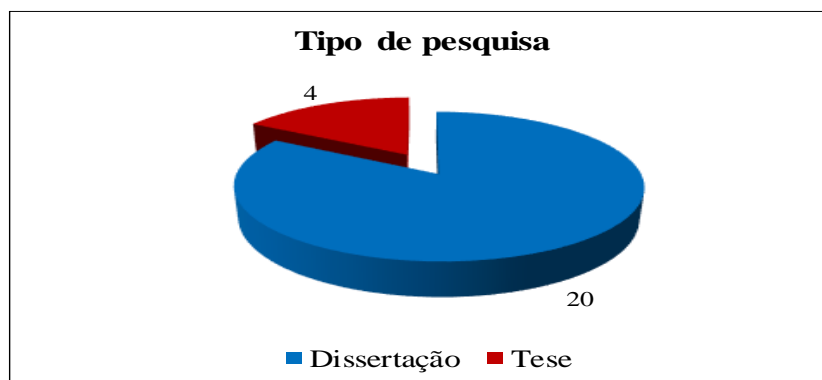
respeitados”. Diante de tais legislações, afirma-se que o Brasil nos últimos anos vem passando por um processo de democratização do acesso ao ensino superior, possibilitando aos indivíduos com nível socioeconômico mais baixo, adentrarem nas instituições de ensino superior.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

QUANTITATIVOS DE TRABALHOS: DISSERTAÇÕES E TESES SOBRE O NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE.

Após o levantamento realizado, pelo estado do conhecimento, no Catálogo de Teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) onde o descritor utilizado para busca foi: “**Núcleo de Acessibilidade**”. Encontramos 24 trabalhos no campo da educação inclusiva, conforme a ilustração do gráfico a seguir.

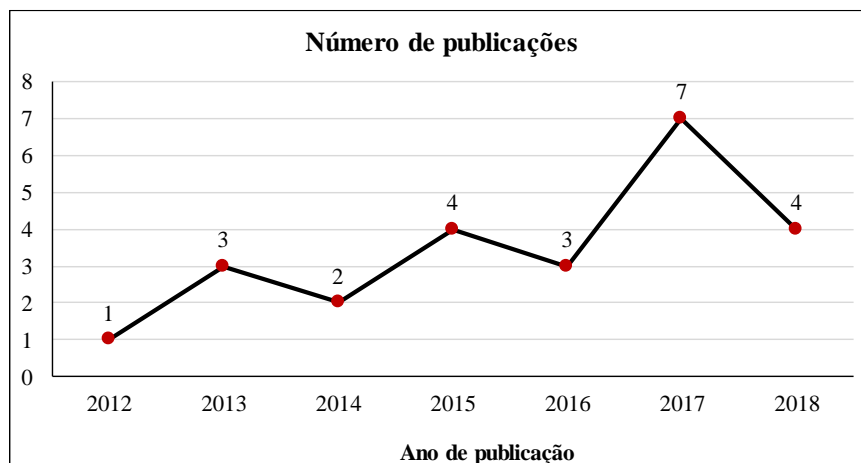
Gráfico 1- Quantitativo de produções, obtidos no catálogo da CAPES, no período de 2012 a 2018.



Fonte: elaboração dos autores

Sendo assim, destaca-se que o maior quantitativo de produções no campo dos Núcleos de acessibilidade encontra-se enquanto dissertações. Ilustra-se que os anos de maior produção foram 2017 e 2018 como mostra gráfico seguinte:

Gráfico 2- números de publicações obtidos no catálogo da CAPES, no período de 2012 a 2018.



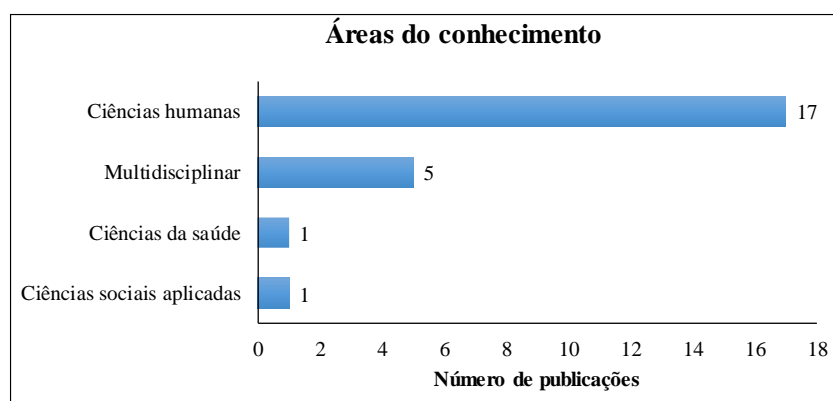
Fonte: elaboração dos autores

Uma das possíveis justificativas para esse salto crescente das pesquisas no período 2016 para 2017, segundo Gonçalves (2017) a partir da Lei n 13.409/2016 (BRASIL, 2016), houve por parte das universidades federais a precisão de revisar suas ações em torno da inclusão de pessoa com deficiência (PcD). Sendo assim, conseqüentemente os núcleos de acessibilidades tiveram maior destaque no objetivo de da resposta às políticas em torno da inclusão.

TEMAS DE ESTUDOS QUE INVESTIGAM A INCLUSÃO A PARTIR DOS NÚCLEOS DE.

Através da pesquisa, 24 produções foram mapeadas em 04 grandes áreas do conhecimento, sendo elas: ciências humanas, multidisciplinar, ciências da saúde e ciências sociais aplicadas. Desse total, o maior quantitativo de produções está presente nas áreas de ciências humanas (17), seguido por multidisciplinar (5), conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 3 – Quantitativo de produções por áreas do conhecimento obtidos no catálogo da CAPES, no período de 2012 a 2018.



Fonte: elaboração dos autores

Outro fator importante a ser analisado é o quantitativo de pesquisas por áreas de conhecimento, das 24 teses e dissertações, 17 segundo a CAPES, são das ciências humanas. Diante disso, observou-se que às pesquisas vem se devolvendo em caráter colaborativo, ou seja, sendo construído ao lado de outras áreas do conhecimento, mas com destaque para áreas humanas, mediante às pesquisas de interação interdisciplinar.

Uma das supostas consequências desse número de pesquisas nas áreas humanas são as interações interdisciplinares, porém, não cessa e, a cada ano, novas incorporações têm iluminado temas da ciência, focalizando questões sobre natureza da ciência, ética, estética, inclusão social, política, entre outras, enriquecendo esse panorama de pesquisa que tem a diversidade como característica como ressalta Queiroz (2018) mediante às pesquisas de interação interdisciplinar.

TEMAS INVESTIGADOS NO CAMPO DOS NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADES

Através do apuramento do Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foi possível investigar subcategorias de um todo, com objetivo de pontuar os desafios e possibilidades dos núcleos de acessibilidades por intermédio de suas ações realizadas nas instituições de ensino superior.

Desta forma, 24 produções foram encontradas, mediante a este mapeamento identificaram-se seis (06) trabalhos, que fazem investigações em torno dos núcleos de acessibilidades enquanto espaço formativo que garante a acessibilidade. Assim, dos 24 trabalhos encontrados, sobre o núcleo de acessibilidade, 18 produções trazem um panorama de trabalhos no campo da Inclusão de Pessoas com Deficiência (PcD) nas Instituições de Ensino Superior (IES) e as 06 produções centralizam a inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior ao núcleo. O quantitativo (06) trabalhos analisou-se uma (01) tese, de Fantacini (2017) seguido por outras (05) dissertações como mostra o quadro abaixo:

Quadro 1 -06 trabalhos sobre núcleo de acessibilidade

SUBCATEGORIAS	ANO	AUTORES
Políticas Públicas	2015	Ciantelli (2015)
	2012	Ferreira (2012)
Tecnologias e Acessibilidade	2017	Fantacini (2017)
	2018	Teixeira (2018)
Profissionais e Graduandos PCD's	2015	Saraiva (2015)
	2016	Macedo (2016)

Fonte: elaboração dos autores

A partir, dessas conexões conceituais, algumas subcategorias foram investigadas nas produções das teses e dissertações da CAPES, como: políticas públicas, tecnologias e profissionais e Graduandos PcD's, em que são destacados alguns pontos relevantes pelos autores.

Na subcategoria de **políticas públicas** temos os seguintes trabalhos: Ciantelli (2015) e Ferreira (2012). Ciantelli (2015) destaca que ainda pouco se sabe como favorecer o ingresso e a permanência para a conclusão dos estudos no ensino superior da pessoa com deficiência (PCD's). Mediante tais colocações o mesmo ressalta a importância das execuções institucionais para o cumprimento e efetivação das políticas públicas e ações para garantir o direito à educação.

Somando-se a isso, ainda na subcategoria de políticas públicas, Ferreira (2012) discorre que o direito a educação além de ser garantido na constituição é uma importante política pública que deve ser efetivada e assegurada a todas as pessoas. O autor ressalta ainda que a educação inclusiva não se limita a uma unidade, mas se destaca com outros elementos sociais, ou seja, a pessoa com deficiência não se reduz apenas a sua formação básica, mas deve se expandir ao nível superior sendo assim, para salvaguarda e efetivação desta trajetória, é necessário a garantia de políticas afirmativas educacionais e inclusivas.

O outro campo de investigação – **Tecnologias e acessibilidade** – apresenta duas produções e de Fantacini (2017) e Teixeira (2018). Fantacini (2017) relata que segundo os documentos internos, das Instituições de ensino superior a distancia-EAD, as universidades vem nos últimos anos repensando suas práticas no intuito de melhorar o planejamento, visando atender às singularidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial que nelas adentram. Sob o mesmo ponto de vista, o autor, afirma que essas ações almejam equiparar às oportunidades de acesso e permanência da Pessoa com deficiência (PcD) no ensino superior.

Outra esfera que merece destaque no que tange a apoio dos núcleos de acessibilidades são as tecnologias, como ressalta Teixeira (2018) que Tecnologia Assistiva tem objetivo de eliminação de barreiras instrumentais, visando à acessibilidade por meio de ferramentas e serviços que possam contribuir no desenvolvimento de habilidades funcionais de pessoas com deficiência, promovendo uma vida autônoma.

Teixeira (2018) afirma que os resultados revelaram que os Núcleos de Acessibilidade da vem desenvolvendo ações cruciais para a inclusão educacional dos alunos com deficiência. Constatou-se um grande esforço do Núcleo em atender às necessidades educacionais específicas dos alunos com deficiência visual, inclusive com a disponibilização de recursos e serviços de Tecnologia Assistiva para esse público. Entretanto, alguns fatores dificultam uma

melhor atuação do Núcleo de Acessibilidade no atendimento desses alunos, tais como: a carência de equipamentos de Tecnologia Assistiva, espaço físico inadequado e a insuficiência do quadro de profissionais especializados.

Outra categoria averiguada – **Profissionais e graduandos PcD's** – apresenta dois trabalhos: Macedo (2016) e Saraiva (2015). Macedo (2016) traz a concepção e experiências de jovem com deficiência mediante ao processo acesso e permanência e destaca os desafios ainda enfrentados e a atuação dos núcleos de acessibilidades para efetivação do direito a educação, em que as dificuldades enfrentadas por esses jovens são relativas à categoria de profissionais, como destaca Saraiva (2015) que o trabalho didático-pedagógico realizado por parte de alguns professores, evidenciam algum sucesso em práticas adaptadas realizadas por outros docentes, de maneira aleatória, sem que houvesse um direcionamento aos professores, ocasionalmente esses desafios e possibilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto a partir dos dados coletados através da apuração do Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) onde foram encontrados 24 teses e dissertações em diversas áreas do conhecimento e destacadas 6 subcategorias, onde as mesmas foram analisadas, contudo, observa-se um quantitativo significativo de pesquisas focadas na inclusão da pessoa com deficiência (PcD), e por seguinte nas políticas públicas que garantem o direito a educação.

Diante disso percebe-se as ações atreladas as políticas de educação inclusiva que garantem o acesso e permanência nas instituições de ensino superior, perpassam pelas atuações dos núcleos de acessibilidades-NAI no que materializa os núcleos como apoio essencial para promoção e sucesso dos alunos com deficiência no ensino superior.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição de 1988 da República Federativa do Brasil. Diário oficial da União da República Federativa do Brasil. Brasília, 5 out. 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 6 de julho de 2015.

BRASIL, lei nº 13.409/2016. Dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, 28 de dezembro de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Portaria nº 1793, de 27 de dezembro de 1994. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 28 de dezembro de 1994.

BRASIL, Decreto nº 5296/04, regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2 de dezembro de 2004.

BRASIL, Decreto nº 3.298/1999. Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília, 20 de dezembro de 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2010.

CIANTELLI, Ana Paula Camilo. **Estudantes com deficiência na universidade: contribuições da psicologia para as ações do núcleo de acessibilidade'** 27/04/2015 189 f. Mestrado em psicologia do desenvolvimento e aprendizagem instituição de ensino: universidade est. Paulista Júlio de mesquita filho/Bauru, Bauru biblioteca depositária: divisão técnica de biblioteca e documentação – Unesp.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994.

FERREIRA, Nilma Maria Cardoso. **Educação inclusiva no ensino superior: análise de políticas educacionais para a pessoa com deficiência na universidade federal do maranhão'** 01/12/2012 125 f. Mestrado em educação instituição de ensino: universidade federal do maranhão são Luís biblioteca depositária: biblioteca setorial de pós-graduação em ciências sociais.

FANTACINI, Renata Andrea Fernandes. **Ações do núcleo de acessibilidade na ead de uma instituição de educação superior privada e a satisfação dos estudantes com deficiência'** 27/10/2017 191 f. Doutorado em educação especial (educação do indivíduo especial) instituição de ensino: universidade federal de são Carlos, são Carlos biblioteca depositária: repositório institucional da UFSCar.

GONÇALVES, Marinho Arlete. **Núcleo de acessibilidade no ensino superior: praticas inclusivas com alunos com deficiência e transtorno funcionais específicos**. Ufpa, 2017.

GUERRA, E. L. A. **Manual de Pesquisa Qualitativa**. Belo Horizonte, 2014.

MIRANDA, T. G. **A inclusão de pessoas com deficiência na universidade**. In: JESUS et al. Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação, p. 120 a 131, 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MACEDO, Marcília Maria soares Barbosa. **Núcleo de acessibilidade às pessoas com necessidades educacionais específicas (napne): a inclusão na perspectiva dos jovens com deficiência'** 26/08/2016 111 f. Mestrado profissional em planejamento e políticas públicas

instituição de ensino: universidade estadual do ceará, fortaleza biblioteca depositária:
biblioteca central

ROMANOWSKI, J.P; ENS, R.T. **As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em Educação.** Revista diálogos e Educação, Curitiba, v. 6, nº19, p. 37-50, set/dez. 2006.

SARAIVA Luzia Livia oliveira. **Núcleos de acessibilidade e o atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais nas universidades federais do nordeste brasileiro'** 22/07/2015 190 f. Mestrado em educação instituição de ensino: universidade federal do rio grande do norte, natal biblioteca depositária: undefined

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23 ed. rev. e atual., São Paulo, 2007.

TEIXEIRA, Andreia Fonseca. **Tecnologia assistiva e inclusão educacional de alunos com deficiência visual no ensino superior: a atuação do núcleo de acessibilidade da ufma'** 26/01/2018 172 f. Mestrado em cultura e sociedade instituição de ensino: universidade federal do maranhão são Luís biblioteca depositária: biblioteca central ufma.